



# ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

\_\_\_\_\_ Sessão Ordinária

**PROVENIÊNCIA:** Comissão da Administração Pública e Poder Local - 4ª  
Comissão.

**ASSUNTO:** Projecto de Revisão Pontual da Lei n.º 3/2019, de 31 de  
Maio, que Estabelece o Quadro Jurídico para a Eleição  
dos Membros da Assembleia Provincial e do Governador  
de Província.

**RESULTADO DA APRECIACÃO:**

---

---

---

---

---

---

AR – IX. /Proj. Lei/254/26.04.2024



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**Comissão da Administração Pública e Poder Local**  
**(4.ª Comissão)**

Assembleia da República  
ADMITIDA E DISTRIBUÍDA  
AOS SENHORES DEPUTADOS  
Remete-se à 1.ª  
Comissão para parecer:  
**26/04/2024**  
A Presidente  
*[Signature]*

*CC SECOR G2 MAE Fi*  
*SECOR G2E TJACP*

N/Ref. 06 /CAPPL /AR/2024

**Assunto: Remessa dos Projectos de Revisão da Legislação Eleitoral**

*Excelência,*

Aceite, em primeiro lugar, os cumprimentos da Comissão da Administração Pública e Poder Local – 4ª Comissão.

Por Deliberação n.º 433/CPAR/S.E/2024, de 26 de Abril, a Comissão Permanente da Assembleia da República, mandatou a Comissão da Administração Pública e Poder Local, 4ª Comissão, como proponente dos Projectos de Revisão da Legislação Eleitoral e de Revisão da Lei que estabelece os princípios, as normas de organização, as competências e o funcionamento do órgão executivo de governação descentralizada provincial.

Nestes termos, venho, pela presente, remeter à Vossa Excelência os Projectos de Revisão da Legislação Eleitoral, para os devidos efeitos.

De referir que o impacto orçamental será anexado oportunamente aos Projectos.

Sem mais de momento, aproveito o ensejo para apresentar à Vossa Excelência os protestos da minha mais elevada estima e consideração.

**Maputo, 26 de Abril de 2024**

**A Presidente**

**Lucília José Manuel Nota Hama**

**Sua Excelência**  
**Presidente da Assembleia da República**  
**Maputo**

Secretariado Geral da Assembleia da República  
N.º **2295/SGAR/2024**  
Data: **26/04/2024**  
Horas: **16h15**  
Rub: **Lualdia**



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**Comissão da Administração Pública e Poder Local**  
**(4.ª Comissão)**

**Projecto de Lei de Revisão Pontual da Lei n.º 3/2019, de 31 de Maio, que estabelece o Quadro Jurídico para a Eleição dos Membros das Assembleias Provinciais e do Governador de Província.**

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Constituição da República de Moçambique consagra como princípios gerais do sistema eleitoral o sufrágio universal, directo, igual, secreto, pessoal e periódico, como regra geral de designação dos Membros das Assembleias Provinciais e do Governador de Província e que o processo eleitoral é regulado por lei.

Com efeito, por força dos princípios constitucionais acima referidos, a Assembleia da República, no âmbito do seu poder legislativo, aprovou diversa legislação eleitoral com vista a materialização e operacionalização do processo eleitoral.

É dentro deste quadro das dinâmicas e vicissitudes dos processos eleitorais que as Bancadas Parlamentares da FRELIMO, RENAMO e MDM submeteram, com carácter de urgência, Projectos de Revisão Pontual da Lei n.º 3/2019, de 31 de Maio, que Estabelece o Quadro Jurídico para a Eleição dos Membros das Assembleias Provinciais e do Governador de Província.

Com vista a harmonização dos Projectos de Lei de Revisão da Legislação Eleitoral, a Comissão Permanente da Assembleia da República (CPAR), ao abrigo das alíneas d) e e) do número 2, do artigo 66 do Regimento da Assembleia da República, por Deliberação n.º 406/2024, de 25 de Janeiro, criou o Grupo de Trabalho para Elaboração do Ante-Projecto de Revisão, da Lei n.º 3/2019, de 31 de Maio, que estabelece o Quadro Jurídico para a Eleição dos Membros das Assembleias Provinciais e do Governador de Província.

Deste modo, em cumprimento da Deliberação n.º 433/CPAR/S.E/2024, de 26 de Abril, da Comissão Permanente da Assembleia da República e ao abrigo do disposto na alínea d) e e) do n.º 2 do artigo 162 do Regimento da Assembleia da República, a Comissão da Administração Pública e Poder Local, 4ª Comissão, submete para apreciação do Plenário da Assembleia da República, o presente Projecto de Revisão Pontual da Lei n.º 3/2019, de 31 de Maio, que Estabelece o Quadro Jurídico para a Eleição dos Membros das Assembleias Provinciais e do Governador de Província.

**Maputo, 26 de Abril de 2024**



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**Comissão da Administração Pública e Poder Local**  
**(4.ª Comissão)**

**Lei n.º /2024**  
**de \_\_ de Abril**

Havendo necessidade de proceder à revisão da Lei n.º 3/2019, de 31 de Maio, que Estabelece o Quadro Jurídico para a Eleição dos Membros das Assembleias Provinciais e do Governador de Província, ao abrigo das disposições combinadas do número 4, do artigo 135 e da alínea d) do número 2, do artigo 178, ambos da Constituição da República, a Assembleia da República determina:

**Artigo 1**  
**(Alterações)**

São alterados os artigos 9, 19, 64, 71, 72, 73, 76, 97, 106, 109, 114, 118, 119, 122, 126, 161, 166, 167, 177, 182, 183, 194, 201, 202, 203, 204, 205, 208 e 213, da Lei n.º 3/2019, de 31 de Maio, que estabelece o Quadro Jurídico para a Eleição dos Membros das Assembleias Provinciais e do Governador de Província, que passam à seguinte redacção:

**“Artigo 9**  
**(Supervisão do Processo eleitoral)**

1. [...].
2. Sem prejuízo das competências próprias dos **tribunais judiciais de distrito e em última instância do Conselho Constitucional**, compete à Comissão Nacional de Eleições a verificação da legalidade, regularidade e validade dos actos do processo eleitoral.

## Artigo 19

### (Legitimidade e modo de apresentação de candidaturas)

1. [...].
2. A apresentação da lista de candidatos **referida no número anterior** é feita pelo mandatário ou por quem o partido político, coligação de partidos políticos ou grupo de cidadãos eleitores proponentes delegar para o efeito, junto da Comissão Provincial de Eleições **até 106 dias** antes da data **marcada** para a eleição, cabendo à Comissão Provincial de Eleições remeter à Comissão Nacional de Eleições.
3. [...].

## Artigo 64

### (Assembleia de voto)

1. [...].
2. A réplica do caderno de recenseamento eleitoral tem por objecto, única e exclusivamente, ajudar o eleitor na localização prévia da mesa da assembleia de voto em que deve votar e permitir uma boa organização de filas de eleitores, pelo pessoal auxiliar à entrada **da mesa da assembleia de voto** e garantir que a votação decorra de forma célere e ordeira.
3. [...].
4. [...].
5. [...].

## Artigo 71

### (Constituição das mesas das assembleias de voto)

1. [...].
  2. [...].
  3. [...].
  4. [...].
- 4A. A designação do substituto é acompanhada pela respectiva acta devidamente assinada pelos presentes, sob pena de nulidade de todos os actos da mesa.**

- 5. [...]
- 5A. [...]
- 6. [...]
- 7. [...]

### Artigo 72

#### (Direitos e deveres dos membros das mesas das assembleias de voto)

- 1. [...]
  - a) [...]
  - b) [...]
  - c) [...]
  - d) ter um intervalo de descanso, que não ultrapasse uma hora, antes do início do processo de apuramento, que deve ocorrer ininterruptamente.**
  - e) [...]
  - f) [...]
  - g) [...]
- 2. [...]
  - a) [...]
  - b) [...]
  - c) [...]
  - d) [...]
  - e) [...]
  - f) [...]
  - g) [...]
  - h) [...]
  - i) [...]
  - j) proceder, ininterruptamente, à contagem dos votantes, dos boletins de voto e dos votos para o apuramento parcial dos resultados eleitorais da respectiva mesa.**

### Artigo 73

#### (Inalterabilidade das mesas das assembleias de voto)

- 1. [...]
- 2. [...]

2A. A validação da votação e dos resultados do escrutínio, referidos no número 2, do presente artigo, têm lugar quando os demais membros não tiverem sido excluídos, expulsos pela força policial com a finalidade de impedir a presença dos demais membros da mesa, salvo nos casos expressamente previstos na presente Lei.

#### Artigo 76

##### (Tipos de urnas)

As urnas a serem utilizadas no processo de votação devem ser transparentes, com uma ranhura que permite a introdução de um único boletim de voto por eleitor.

#### Artigo 97

##### (Votos dos eleitores não inscritos no local da assembleia de voto)

1. [...]:
  - a) [...];
  - b) [...];
  - c) [...];
  - d) [...];
  - e) [...];
  - f) [...].
2. Os boletins **de voto** correspondentes ao voto referido no número 1 do presente artigo, são processados **em simultâneo com os restantes boletins**, mencionando-se na acta a respectiva ocorrência.
3. [...].

#### Artigo 106

##### (Proibição da presença de força armada)

1. [...]:
2. **Quando for comprovadamente necessário pôr termo ou obstar agressões ou violência, quer no local da mesa da assembleia de voto, quer na sua proximidade,**



**o presidente da mesa pode requisitar a presença de força de manutenção da ordem pública, com menção na acta das razões da requisição e do período de presença da força armada;**

3. [...].
4. [...].
5. [...].

#### **Artigo 109**

##### **(Operações preliminares)**

1. Encerrada a votação, o presidente da mesa da assembleia de voto procede a selagem da ranhura da urna, devendo ler em voz audível o número do selo por cada eleição.
2. Depois do intervalo previsto na alínea d) do número 1 do artigo 72, o presidente da mesa da assembleia de voto procede:

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...];
- d) [...];
- e) [...].

#### **Artigo 114**

##### **(Intervenção do delegado de candidatura)**

1. [...]
2. [...]
3. As reclamações ou protestos não atendidos nos termos do disposto no número 2, do presente artigo, não impedem a contagem dos boletins de voto na sua totalidade para os efeitos de apuramento parcial da mesa da assembleia de voto.

#### **Artigo 118**

##### **(Publicação do apuramento parcial)**

1. [...]
2. [...]

3. A acta e o edital do apuramento parcial **devem ser** afixados na mesa da assembleia de voto em lugar de acesso ao público, pelo respectivo presidente.

#### Artigo 119

(Comunicações para efeito de contagem provisória de votos)

O presidente da mesa de cada assembleia de voto comunica, de imediato, nos precisos termos afixados na assembleia de voto, os elementos constantes do edital previsto no artigo **118**, da presente Lei à Comissão Distrital de Eleições ou de Cidade que, por sua vez os transmite, fielmente, à Comissão Provincial de Eleições e esta, directamente à Comissão Nacional de Eleições".

#### Artigo 122

(Apuramento ao nível de distrito ou de cidade)

1. [...]

2. [...]

3. [...]

**3A. Os observadores e a comunicação social assistem aos trabalhos de apuramento dos resultados, devendo ser notificados por escrito ou por editos, nos termos da lei.**

4. [...]

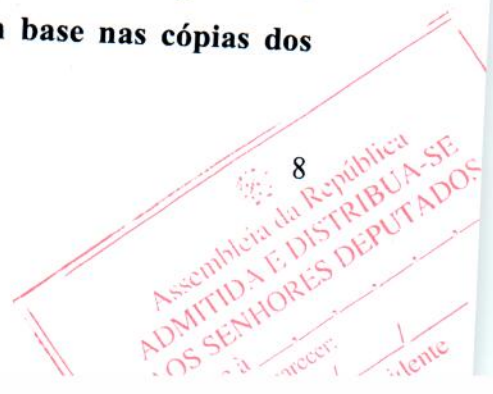
5. [...]

#### Artigo 126

(Elementos do apuramento de votos)

1. [...]

**1A. Quando se verificarem borrões, rasuras e erros materiais ou ininteligíveis nas actas e editais originais, procede-se à sua reconstituição com base nas cópias dos**



editais e das actas distribuídas aos delegados de candidaturas, jornalistas e observadores, no acto de apuramento parcial ao nível do distrito ou de cidade.

2. [...]

#### Artigo 161

(Tutela jurisdicional)

1. [...]

2. O tribunal notifica as partes interessadas, para efeitos de julgamento em primeira instância, que deve ocorrer na presença das mesmas.

**3. Eliminado.**

4. [...].

**4A. Da matéria das decisões das mesas de votação, do apuramento distrital que tenha sido objecto do recurso contencioso, o tribunal judicial de distrito, julgando pertinente, pode quanto a ela, havendo irregularidades, com base nas cópias de actas e editais disponibilizadas na mesa de votação, mandar efectuar recontagem de votos.**

**4B. Compete ao Conselho Constitucional declarar nulas e ordenar a repetição das eleições reguladas pela presente Lei.**

5. [...].

6. [...].

#### Artigo 166

(Nulidade das eleições)

1. [...].

2. [...].

**2A. Compete ao Conselho Constitucional declarar nulas e ordenar a repetição das eleições reguladas pela presente Lei.**

### Artigo 167

(Recontagem de votos)

1. Havendo prova de ocorrência de irregularidades em qualquer mesa de votação que ponham em causa a liberdade e a transparência do processo eleitoral, **o tribunal judicial de distrito**, a Comissão Nacional de Eleições ou o Conselho Constitucional, conforme o caso, ordema a recontagem de votos, das mesas onde as irregularidades tiveram lugar.
2. [...].
3. [...].

### Artigo 177

(Violação do dever de neutralidade e imparcialidade)

Aquele que violar o dever de neutralidade e imparcialidade perante as candidaturas é punido com pena de prisão até **18 meses** e multa de um a dois salários mínimos da Função Pública.

### Artigo 182

(Violação da liberdade da reunião eleitoral)

Aquele que impedir a realização ou o prosseguimento de reunião, comício, cortejo ou desfile de propaganda eleitoral é punido com pena de prisão até **nove meses** e multa de três a seis salários mínimos da Função Pública.

### Artigo 183

(Reuniões, comícios, desfiles ou cortejos ilegais)

Aquele que, antes de declarada ou durante a campanha eleitoral promover reuniões, comícios, cortejos ou desfiles sem o cumprimento do disposto na Lei n.º 9/91, de 18 de Julho e na Lei n.º 7/2001, de 7 de Julho, respectivamente, e no artigo 21 da presente Lei, é punido com pena de multa de **12 a 25** salários mínimos da Função Pública.

#### Artigo 194

(Voto plúrimo)

Aquele que votar ou permitir que se vote mais de uma vez é punido com pena de prisão de **seis a 18 meses e** multa de quatro a seis salários mínimos da Função Pública.

#### Artigo 201

(Introdução de boletins de voto na urna e desvio desta ou de boletins de voto)

Aquele que, fraudulentamente, depositar boletins de voto na urna antes ou depois do início da votação, se apoderar da urna com os boletins de voto nela recolhidos mas ainda não apurados, ou se apoderar de um boletim de voto em qualquer momento, desde a abertura da mesa da assembleia de voto até ao apuramento geral da eleição, é punido com pena de prisão de **seis a 18 meses e** multa de quatro a cinco salários mínimos da Função Pública.

#### Artigo 202

(Fraudes no apuramento de votos)

O membro da mesa da assembleia de voto que dolosamente aponha ou permita que se aponha indicação de confirmação em eleitor que não votou, que troque na leitura dos boletins de voto a lista votada, que diminua ou adite votos a uma lista no apuramento de votos, ou que por qualquer forma falseie o resultado da eleição, é punido com pena de prisão de **seis meses a dois anos e** multa de quatro a cinco salários mínimos da Função Pública.

#### Artigo 203

(Impedimento ao exercício dos direitos dos delegados das candidaturas)

1. Aquele que impeça a entrada ou saída de delegados das candidaturas na mesa da assembleia de voto ou que por qualquer forma se oponha a que eles exerçam os poderes que lhes são reconhecidos pela presente Lei é punido com pena de prisão até **18 meses e** multa de quatro salários mínimos nacionais.

2. [...].

#### Artigo 204

(Recusa de receber reclamações, protestos ou contraprotestos)

O membro da mesa da assembleia de voto que injustificadamente se recusar a receber reclamações, protestos ou contraprotestos escritos pelo delegado de candidatura da respectiva mesa, é punido com pena de prisão até **um ano** e multa de quatro a cinco salários mínimos nacionais.

#### Artigo 205

(Recusa em distribuir actas e editais originais)

Aquele que, tendo o dever de fazê-lo, injustificadamente se recusar a distribuir cópias da acta e do edital originais do apuramento de votos devidamente assinadas e carimbadas, aos delegados de candidatura ou mandatários, aos partidos políticos, coligações de partidos políticos proponentes ou grupos de cidadãos eleitores proponentes, é punido com pena de prisão até **um ano** e multa de quatro a cinco salários mínimos nacionais.

#### Artigo 208

(Obstrução à fiscalização)

1. Aquele que impedir a entrada ou saída de qualquer mandatário ou delegado das candidaturas na mesa da assembleia de voto ou que, por qualquer modo, tentar opor-se a que eles exerçam todos os poderes que lhe são conferidos pela presente Lei, é punido com pena de prisão até **18 meses** e multa de quatro a cinco salários mínimos nacionais.
2. [...].

#### Artigo 213

(Presença indevida da força armada na mesa da assembleia de voto)

O Comandante da força armada que, sem motivo, se introduzir na assembleia de voto, sem prévia requisição do presidente, violando o disposto no artigo 85 da presente Lei é punido

com pena de prisão até **seis meses** e multa de seis a doze meses de salários mínimos nacionais.

Artigo 2

**(Republicação)**

É republicada a Lei n.º 3/2019, de 27 de Maio, que Estabelece o Quadro Jurídico para a Eleição dos Membros das Assembleias Provinciais e do Governador de Província.

Artigo 3

**(Entrada em vigor)**

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Assembleia da República em ...de Abril de 2024.

A Presidente da Assembleia da República

ESPERANÇA LAURINDA FRANCISCO NHIUANE BIAS.

Promulgada em ...de Abril de 2024  
Publique-se.

O Presidente da República

FILIPE JACINTO NYUSI

## GLOSSÁRIO

Para efeitos da presente Lei, entende-se por:

[...]

P

[...]

**“Proceder ininterruptamente significa concluir todo o processo de contagem dos votos, emitir a competente acta e edital e proceder a distribuição imediata das respectivas cópias das originais a todos actores com direito, nos termos da presente Lei.**

[...].